

Estudo dos Cimentos-Cola comercializados em Portugal

Objectivos

A realizar após a entrada em vigor do Regulamento dos Produtos da Construção, RPC (em 2013.07.01), sobre os Cimentos-cola comercializados em Portugal.

Pretende-se avaliar a conformidade dos Cimentos-cola comercializados em Portugal com os requisitos do RPC, da EN 12004 e exigências nacionais aplicáveis (rotulagem, peso declarado, etc.).

Assim, existem 3 tipos de objectivos:

- Decorrentes da regulação normativa
- Detecção de situações de concorrência desleal
- Defesa do consumidor

Na primeira fase, consideram-se elegíveis as referências mais correntes em Portugal.

Quem faz o Estudo?

Um organismo nacional notificado para efeitos da EN 12004: Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro, CTCV.

Cimentos-cola envolvidos

Todas as marcas com Fábrica em Portugal e ainda Cimentos-Cola importados à venda em Portugal.

Síntese do procedimento

1. Parte-se de uma lista exaustiva de Cimentos-Cola, classificada por “fabricados em Portugal” e “importados”.
2. Elegeu-se a classe C2 da EN 12004, com diversas características adicionais.
3. Definiu-se como prioritária a versão Cinzento (em casos específicos, por decisão do SG/APFAC e CTCV, poderá ser avaliada a versão Branco).
4. Os Cimentos-cola seleccionados serão adquiridos no mercado pelo CTCV (2 sacos de cada referência).
5. Segue-se a avaliação da embalagem: peso, idioma, classificação do produto, identificação do lote, validade do produto e marcação CE.
6. É ainda feito o registo fotográfico de cada saco (frente e verso).
7. Procede-se à avaliação documental: Ficha Técnica, Ficha de Segurança, DoP, informação no website, verificando ainda a conformidade entre esses documentos e sua disponibilidade no ponto de venda.
8. Finalmente executam-se alguns ensaios laboratoriais: perda de componentes orgânicos a 500 ou 900 °C e outros que venham a ser recomendados pelo CTCV (com acordo APFAC).

Divulgação de Resultados

Serão emitidos relatórios intercalares, sendo os produtos identificados apenas pelo seu código e classe (EN 12004).

No final da primeira fase, será emitido um documento, com indicações percentuais nos níveis de cumprimento dos vários requisitos da norma “EN12004” bem como do argumento “Avaliação da embalagem”, para poder de forma resumida e clara, esclarecer sobre o estado actual do mercado. Será feita uma apresentação pública deste estudo, que não incluirá nem identificação de marcas/produtos, nem resultados individuais de amostras. Será identificado o grau global de cumprimento do requisito/valor testado. Após as conclusões da mesma, a APFAC determinará as etapas da segunda fase.

As empresas cujos produtos obtiveram resultados negativos nos testes de conformidade com a EN12004, serão contactadas pela APFAC. Será um contacto de carácter informativo dentro do âmbito do estudo, em que de forma clara a APFAC pretende analisar o estado atual do mercado. Não sendo uma entidade fiscalizadora, a APFAC pretende defender o cumprimento da EN12004, salvaguardando os direitos de todos os intervenientes no mercado português, especificamente a concorrência leal entre os diversos fabricantes de argamassas.

Produtos não conformes

Sempre que se detectarem não conformidades, serão feitas novas aquisições para verificação da manutenção (ou não) das não conformidades.

Os respectivos fabricantes serão informados sobre a natureza das não conformidades detectadas.

Face à gravidade da situação identificada e respectiva reacção do fabricante (ou importador, se for o caso), a APFAC poderá reportar as não conformidades detectadas às autoridades competentes.

Notas finais:

1. Este Estudo nunca foi realizado pela APFAC, nem é conhecido nenhum estudo semelhante sobre Produtos da Construção em Portugal.
2. Após a apresentação do estudo e a análise a APFAC analisará as possíveis etapas seguintes, salvaguardando o objecto dos seus estatutos.